

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER

Projeto de Lei nº 42/2021

Súmula: Altera a Lei Municipal nº 3.671, de 06 de novembro de 2019.

Vem para análise dessa Assessoria o Projeto de Lei nº 42/2021 de autoria do Executivo Municipal, o qual tem por objeto alterar a Lei Municipal nº 3.671/2019.

Com relação a competência desta Comissão o Regimento Interno deste Poder Legislativo diz em seu artigo 49 que:

Art. 49 - A análise das proposições compete:

I - à Comissão de Legislação, Justiça e Redação quanto aos aspectos constitucionais, legais, regimentais, jurídicos e de técnica legislativa de todas as proposições, salvo as exceções previstas neste Regimento Interno;

Art. 51 - À Comissão de Legislação, Justiça e Redação cabe examinar a admissibilidade da matéria, do ponto de vista da constitucionalidade e da conformidade à Lei Orgânica e ao Regimento Interno.

§ 1º - Se o parecer for pela inadmissibilidade total, a proposição será arquivada após a leitura em Plenário, ressalvado o disposto no parágrafo seguinte.

§ 2º - No caso do parágrafo anterior, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da publicação do parecer, poderá o autor da proposição, com o apoio de um terço dos membros do Poder Legislativo, ou o Prefeito, em projetos de sua iniciativa, solicitar à Comissão Executiva que submeta o parecer à deliberação do Plenário.

§ 3º - No caso do parágrafo anterior, aprovado o parecer em discussão e votação única pelo Plenário, a proposição será definitivamente arquivada; rejeitado, retornará às Comissões que devem manifestar-se sobre o mérito.

§ 4º - Se o parecer for pela inadmissibilidade parcial, a Comissão de Legislação, Justiça e Redação proporá emenda supressiva se insanável, ou emenda modificativa se sanável, a contrariedade à Constituição, à Lei Orgânica ou ao Regimento Interno.

Em sede de justificativa, o Poder Executivo demonstra que "...As alterações apresentadas nos Planos e a suplementação do repasse mensal, no valor de R\$ 5.800,00/mês, para o período de junho a dezembro de 2021 da Entidade, tem como objetivo apoio a manutenção da Entidade para contratação de Recursos Humanos, aquisição de gêneros alimentícios e gás Engarrafado, para melhor atendimento das idosas acolhidas garantindo o bem-estar e um local adequado as mesmas, conforme Plano de Trabalho e Plano de Aplicação Complementares. Observa-se que não houve a alteração do objeto, e a ampliação de valor global fica em 11,27%, estando de acordo com a legislação vigente, Lei Federal nº 13.019/2014 e alteração dada

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

pela Lei Federal nº 13.204/2015, e Art. 39 do Decreto Municipal nº 22.763 de 13 de julho de 2017, que trata das alterações nas parcerias".

Como se vê, aumentou-se de R\$ 15.000,00 (quinze mil) para 20.800,00(vinte mil e oitocentos) o repasse mensal para dos meses de junho a dezembro de 2021.

Sobre o tema nossa Lei Orgânica diz que:

Art. 8º - Compete ao Município, obedecidas às normas federais e estaduais pertinentes:

(..)

IV - dispor, mediante suplementação da legislação federal e estadual, especialmente sobre:

c) a proteção da infância, dos adolescentes, dos idosos e das pessoas portadoras de deficiência;

(...)

Art. 136 - O Município, em ação integrada e conjunta com a União, o Estado e a sociedade tem o dever de assegurar à todos os direitos relativos à saúde, alimentação, educação, ao lazer, à profissionalização, à capacitação para o trabalho, à cultura, de cuidar da proteção especial da família, da mulher, da criança, do adolescente, do idoso, bem como da conservação do meio ambiente.

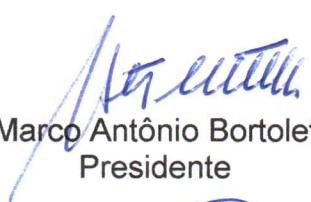
Após a emissão dos pareceres das Comissões, a propositura poderá ser incluída em Ordem do Dia e deverá ser votada em dois turnos de discussão e votação (art. 124 do R.I.).

O quorum para deliberação da matéria é o da maioria absoluta e o para aprovação o da maioria simples. (art.19 da Lei Orgânica).

Isto posto, tem-se que o Projeto de Lei ora apresentado atende as normas jurídicas, não havendo nenhum óbice ao prosseguimento do presente, razão pela qual esta Comissão é favorável ao mesmo.

É o parecer.

Lapa, 11 de junho de 2021.


Marco Antônio Bortoletto
Presidente


Vilmar C. Favaro Purga
Membro

Câmara Municipal da Lapa - PR



PROTOCOLO GERAL 1403/2021
Data: 21/06/2021 - Horário: 13:27
Administrativo


Brenda Ferrari da Silva
Relatora

**ANEXO SE AO
PROJETO.**

GUSTAVO DAOU
Vereador Presidente